

Pedro Pita Barros no 1.º Seminário Nacional de Financiamento Hospitalar

São os défices inevitáveis?

Quando os hospitais não cumprirem os orçamentos, os administradores serão despedidos e os profissionais de saúde ficarão com os seus salários reduzidos em 10%. Foi com esta «proposta inaceitável» que Pita Barros chamou a atenção para a falta de responsabilização no financiamento da Saúde.

Se num hospital for necessário «o reforço do capital social por perdas financeiras não justificáveis e por factores claramente extraordinários», a tutela deveria «despedir a equipa de gestão, sem indemnização», e sem que pudesse «ser contratada por outros hospital do SNS nos cinco anos seguintes».

Do mesmo modo, para que os decisores profissionais dessa unidade não se sentissem tentados a provocar o afastamento das equipas de gestão, seriam reduzidos em 10% os salários do pessoal.

A sugestão, irónica, foi feita pelo economista Pedro Pita Barros durante o debate «Défices hospitalares: Insolúveis ou superáveis?», realizado no dia 17 de Fevereiro, no âmbito do 1.º Seminário Nacional de Financiamento Hospitalar, organizado pela APAH.

Salvaguardando que esta é uma «proposta inaceitável», o professor de Economia explicou que faltam mecanismos que permitam a efectiva penalização de gestores e profissionais de saúde, que são quem decide nos gastos, pela má gestão neste sector.

«Não é credível que o Ministério da Saúde venha a encerrar serviços num hospital por falta de verba, e, portanto, se houver um défice, sabe-se que ele será pago», notou o orador, assinalando que, deste modo, fica sempre em causa a própria credibilidade das restrições colocadas pelo orçamento do hospital. Ou seja, reforçou, «é necessário que o orçamento seja respeitado» e que haja consequências se não o for.

A situação é ainda mais grave se se considerar que quando alguém se torna mais eficiente «é castigado», porque se não se gastou o orçamento todo, no ano seguinte este é reduzido. A par desta punição, sublinhou, os défices dos hospitais agravam-se ainda mais por efeito dos «abusos em termos de preços» por parte dos fornecedores, que assim compensam os previsíveis atrasos dos pagamentos.

Para contornar este cenário, Pita Barros defendeu a criação de modelos de gestão em que as poupanças de custos revertam para a organização e em que seja permitido «que as pessoas se apropriem de algumas das poupanças que criam».

O economista contrariou também a ideia «de que uma maior eficiência e produtividade significa produzir mais com os mesmos recursos», defendendo que «eficiência também significa produzir o mesmo, com os mesmos custos, se a produção corresponder às necessidades».